

Neste fim de semana, respostas dos bancos credores.

O empréstimo-jumbo de 6,5 bilhões de dólares pode começar a se definir neste fim de semana. Os 800 bancos devem começar a se decidir.

O Citibank, que preside o grupo de 14 bancos que formam o Comitê de Assessoramento Bancário da Dívida Externa Brasileira, espera receber neste fim de semana, em Nova York, "importantes compromissos" por parte dos 800 bancos credores do Brasil em relação à concessão do empréstimo jumbo de US\$ 6,5 bilhões, recentemente solicitado pelo País. O Citibank também espera obter, nos próximos dias, um acordo para a prorrogação do prazo de pagamento de US\$ 5,5 bilhões, referentes à dívida principal, que vencem em 1984.

Oficialmente, os bancos devem dar a resposta sobre o empréstimo até a próxima quinta-feira, dia 10, data marcada depois que o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, expôs aos credores, com detalhes, a atual situação político-econômica do País. Entretanto, segundo informa nosso correspondente em Londres, Alberto Tamer, os pequenos e médios bancos europeus estão aguardando primeiro a definição dos grandes bancos, mais comprometidos, para depois se manifestar.

Ontem, na City londrina, comentava-se que as principais resistências à concessão do empréstimo de US\$ 6,5 bilhões ao Brasil continuavam entre os bancos suíços e alemães; mas ninguém acredita que eles irão reagir como da última vez, há cerca de três meses, quando reduziram substancialmente sua participação na linha de crédito interbancário, que acabou fracassando. A tendência dos bancos menores aguardarem a resposta dos mais comprometidos foi considerada "natural", e acredita-se que, depois que os 13 maiores credores comunicarem sua decisão ao Citibank, os demais os seguirão imediatamente — o que deverá ocorrer nos próximos sete dias, considerados "decisivos" para as negociações.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que esteve ontem em Washington conversando com dirigentes do Fundo Monetário Internacional, mostrou-se otimista em relação à concessão do empréstimo e disse à agência noticiosa Latin-Reuter que "a nova lei salarial (o Decreto-Lei nº 2.065) está OK", reafirmando sua certeza de que ela será aprovada pelo Congresso e esclarecendo que se reuniu com os funcionários do FMI "para brindá-los com mais informações sobre o assunto".

A tentativa de Pastore de obter os US\$ 6,5 bilhões é considerada "válida" pelo dirigente de um dos bancos integrantes do Comitê de Coordenação da Fase 2 da Renegociação da Dívida Externa, que está no Brasil. Mas ele afirmou também que dificilmente os bancos estrangeiros darão, nos próximos dez dias, a confirmação de adesão ao empréstimo e ao pedido de rolagem automática da dívida a vencer em 1984.

O dirigente bancário explicou que "é difícil definir o quadro da economia brasileira em tão pouco tempo, após as atribulações dos últimos meses, como a escalada inflacionária, as idas e vindas da legislação salarial e até o processo sucessório presidencial". Por isso, segundo a fonte bancária, alguns banqueiros já aceitam discutir eventuais vantagens da renegociação global da dívida, com a inclusão da parcela dos juros — gastos líquidos projetados de US\$ 9,7 bilhões este ano e de US\$ 10,8 bilhões no próximo, de acordo com o programa apresentado por Afonso Celso Pastore.



FMI

Preocupação do Fundo: o déficit público.

A alteração do limite de expansão do déficit do setor público para 1984 deverá ser um dos primeiros assuntos que a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) — que virá ao Brasil ainda este mês, logo após a votação do Decreto-Lei nº 2.065 — irá discutir com os técnicos brasileiros.

O governo comprometeu-se a limitar o déficit público em Cr\$ 16,66 trilhões em dezembro de 1984, o que significa uma redução nominal de Cr\$ 2,67 trilhões em relação aos Cr\$ 19,33 trilhões fixados para este ano, segundo fonte qualificada do Ministério da Fazenda. O que ocorre, segundo a fonte, é que o teto de Cr\$ 16,66 trilhões para 84 foi baseado, em termos nominais, em 7% do PIB (Produto Interno Bruto) de Cr\$ 239 trilhões e, que é fundamental, considerando uma inflação média de 92%. Como os cálculos mais otimistas do governo já prevêem uma inflação média maior, considera-se que haverá necessidade de ampliação do teto. Conforme a fonte, o FMI admitirá um desvio de pelo menos Cr\$ 1 trilhão na meta deste ano.

Na próxima semana, a Secretaria de Planejamento (Seplan) deverá divulgar nota oficial informando que o déficit atingiu a meta prevista em 30 de setembro, em torno de Cr\$ 14,9 trilhões. Para o final do ano, porém, é dado como certo que haverá estouro na meta de Cr\$ 19,3 trilhões, devido, sobretudo, ao des controle da inflação, que deverá atingir pelo menos 220% ao final do ano, e não os 152% previstos.

Prestação de contas

A Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda está obrigada a esclarecer ao Tribunal de Contas da União os motivos pelos quais o Banco Central não apresentou, no dia 31 de outubro, o demonstrativo analítico exigido pelo tribunal sobre todos os débitos externos do Brasil. A exigência do TCU havia sido feita para atender pedido do presidente da Comissão de Finanças do Senado, senador Itamar Franco (PMDB-MG), que solicitou esclarecimentos sobre a dívida externa e os instrumentos legais que lhe deram origem.

A determinação feita inicialmente pelo TCU, através do voto do ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em sessão reservada, exigia que os esclarecimentos sobre a dívida externa fossem anexados às contas do Banco Central relativas ao exercício de 1982. Com o não-atendimento do órgão no prazo estabelecido, o TCU vai aguardar as explicações para então tomar as providências necessárias.

Camilo: como pagar?

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, disse ontem a dez empresários alemães que o Brasil não pagará a dívida se não puder exportar mercadorias, já que não contará, como antes, com a poupança interna para promover o desenvolvimento interno, sendo obrigado, portanto, a compensar com as exportações o que deixará de receber.